

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Organização da Justiça do Trabalho, Competência	23
1.1. Organização da Justiça do Trabalho	23
1.1.1. Introdução	23
1.1.2. Tribunal Superior do Trabalho	24
1.1.3. Tribunais Regionais do Trabalho	27
1.1.4. Juízes do trabalho.....	29
1.2. Juízo 100% digital.....	30
1.3. Órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho.....	31
1.4. Dos distribuidores.....	31
1.5. Competência da Justiça do Trabalho.....	32
1.5.1. Jurisdição e competência	32
1.5.2. Competência em razão da matéria e da pessoa	33
1.5.2.1. Ações oriundas da relação de trabalho	34
1.5.2.2. Entes de direito público externo	37
1.5.2.3. Servidores da administração pública.....	39
1.5.2.4. Ações que envolvam o exercício do direito de greve	41
1.5.2.5. Ações sobre representação sindical.....	42
1.5.2.6. Mandado de segurança, <i>habeas corpus e habeas data</i>	44
1.5.2.7. Conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista.....	46

1.5.2.8.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	47
1.5.2.9.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.....	50
1.5.2.10.	Execução de ofício das contribuições sociais	50
1.5.2.11.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	53
1.5.2.12.	Poder normativo	53
1.5.2.13.	Ações que versam sobre descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.....	54
1.5.2.14.	Homologação de Acordo Extrajudicial.....	54
1.5.3.	Competência territorial das Varas do Trabalho.....	55
1.6.	Resumo da matéria.....	58
1.7.	Questões correlatas.....	66
	Gabarito	82
CAPÍTULO 2 – Ministério Público do Trabalho		85
2.1.	Ministério Público	85
2.1.1.	Princípios institucionais.....	85
2.1.2.	Princípio do promotor natural.....	86
2.1.3.	Dos instrumentos de atuação.....	86
2.1.4.	Autonomia funcional, administrativa, financeira, iniciativa legislativa e elaboração de proposta orçamentária	90
2.1.5.	Procurador-Geral da República – requisitos para investidura e procedimentos para destituição	92
2.1.6.	Garantias, prerrogativas e vedações aos membros.....	92
2.1.6.1.	Garantias.....	92
2.1.6.2.	Prerrogativas	93
2.1.6.3.	Vedações	95
2.1.7.	Funções institucionais do Ministério Público	97

2.1.8.	Estrutura e abrangência.....	99
2.2.	Ministério Público do Trabalho	99
2.2.1.	Órgãos e atribuições do Ministério Público do Trabalho	99
2.2.2.	Atuação judicial: previsão legal, atuação como órgão agente e interveniente	101
2.2.2.1.	Previsão legal.....	101
2.2.2.2.	Atuação como órgão agente	103
2.2.2.3.	Atuação como órgão interveniente	104
2.2.3.	Atuação extrajudicial	105
2.3.	Resumo da matéria.....	106
2.4.	Questões correlatas.....	111
	Gabarito	114

CAPÍTULO 3 – Atos, Termos, Prazos e Nulidades Processuais	115	
3.1.	Atos processuais.....	115
3.1.1.	Conceito	115
3.1.2.	Classificação	116
3.1.3.	Comunicação dos atos.....	117
3.1.4.	Publicidade	122
3.1.5.	Ato processual por fac-símile.....	124
3.1.6.	Informatização do processo judicial	124
3.1.6.1.	Do acesso.....	124
3.1.6.2.	Da disponibilidade do sistema.....	127
3.1.6.3.	Petições e documentos.....	128
3.1.6.4.	Atos Processuais.....	129
3.1.6.5.	Contagem dos Prazos Processuais	131
3.2.	Prazos processuais	131
3.2.1.	Contagem dos prazos.....	131
3.2.2.	Principais prazos trabalhistas.....	137
3.3.	Nulidades processuais.....	140

3.3.1. Introdução	140
3.3.2. Vícios dos atos processuais	140
3.3.3. Princípios.....	142
3.4. Resumo da matéria.....	144
3.5. Questões Correlatas.....	155
Gabarito	164
CAPÍTULO 4 – Partes e Procuradores	165
4.1. Partes.....	165
4.1.1. Conceito, denominação e capacidade.....	165
4.1.1.1. Conceito.....	165
4.1.1.2. Denominação.....	165
4.1.1.3. Capacidade	166
4.1.1.4. <i>Jus postulandi</i>	168
4.1.1.5. Representação e assistência.....	169
4.2. Procuradores.....	172
4.3. Justiça Gratuita.....	177
4.3.1. Beneficiários da justiça gratuita	177
4.3.2. Abrangência do benefício da justiça gratuita	179
4.3.3. Não extensão do benefício da justiça gratuita.....	181
4.3.4. Modulação da concessão dos benefícios da justiça gratuita.....	181
4.3.5. Requerimento da gratuidade da justiça	182
4.3.6. Impugnação ao pedido de gratuidade da justiça.....	184
4.3.7. Recurso	185
4.4. Assistência judiciária.....	185
4.5. Substituição processual	187
4.6. Sucessão processual das partes e dos procuradores.....	190
4.7. Litigância de Má-fé.....	193
4.8. Honorários de advogado	194

4.9. Resumo da matéria.....	198
4.10. Questões Correlatas.....	208
Gabarito	219
CAPÍTULO 5 – Dissídio Individual	221
5.1. Procedimento comum.....	221
5.1.1. Postulação do autor.....	221
5.1.1.1. Reclamação verbal ou escrita	221
5.1.1.2. Requisitos da petição inicial trabalhista	222
5.1.1.3. Outros requisitos da petição inicial.....	223
5.1.2. Atos intermediários de órgãos auxiliares da Justiça	224
5.1.3. Resposta do réu.....	225
5.1.3.1. Espécies	225
5.1.3.2. Contestação	226
5.1.3.2.1. Prescrição.....	229
5.1.3.3. Exceção	238
5.1.3.3.1. Generalidades	238
5.1.3.3.2. Incompetência relativa.....	239
5.1.3.3.3. Suspeição e impedimento	242
5.1.3.4. Reconvenção.....	247
5.1.3.5. Impugnação ao valor da causa	248
5.1.4. Provas	250
5.1.4.1. Generalidades.....	250
5.1.4.2. Súmulas e OJs do TST sobre a Distribuição do Ônus da Prova	254
5.1.4.3. Meios de prova.....	256
5.1.4.3.1. Depoimento pessoal e interrogatório	257
5.1.4.3.1.1. Diferenciação	257
5.1.4.3.1.2. Confissão	258

5.1.4.3.2.	Testemunhas.....	261
5.1.4.3.2.1.	Conceito.....	261
5.1.4.3.2.2.	Obrigação de testemu- nhar.....	261
5.1.4.3.2.3.	Incapacidade, suspeição e impedin- to de testemunha	262
5.1.4.3.2.4.	Limite legal do número de testemu- nhas.....	263
5.1.4.3.2.5.	Procedimentos na inquirição de tes- temunhas.....	264
5.1.4.3.3.	Documentos.....	267
5.1.4.3.3.1.	Conceito	267
5.1.4.3.3.2.	Momento da apresenta- ção dos documentos	268
5.1.4.3.4.	Perícia	269
5.1.5.	Audiência	271
5.1.5.1.	Generalidades.....	271
5.1.5.2.	Audiência de conciliação e mediação.....	273
5.1.5.3.	Fracionamento da audiência.....	274
5.1.5.4.	Abertura.....	274
5.1.5.5.	Primeira tentativa de conciliação.....	277
5.1.5.6.	Postulação do réu	278
5.1.5.7.	Instru�o probatória.....	278
5.1.5.8.	Razões finais	279
5.1.5.9.	Segunda tentativa de conciliação	279
5.1.5.10.	Audiência Telepresencial e por Videoconfer�n- cia.....	281
5.1.6.	Sentença	282
5.1.6.1.	Improcedência Liminar do Pedido	287
5.1.6.2.	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito	288
5.2.	Coisa julgada	289

5.3.	Procedimento sumaríssimo.....	290
5.4.	Procedimento sumário.....	292
5.5.	Comissões de conciliação prévia	293
5.6.	Resumo da matéria	295
5.7.	Questões Correlatas.....	318
	Gabarito	356
CAPÍTULO 6 – Recursos Trabalhistas		355
6.1.	Conceito e natureza jurídica	359
6.2.	Princípios recursais	360
6.2.1.	Duplo grau de jurisdição.....	360
6.2.2.	Princípio da unirrecorribilidade	360
6.2.3.	Princípio da fungibilidade ou conversibilidade.....	361
6.2.4.	Princípio da voluntariedade	361
6.2.5.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	362
6.3.	Peculiaridades recursais.....	363
6.3.1.	Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	363
6.3.2.	Inexigibilidade de fundamentação.....	363
6.3.3.	Efeito devolutivo dos recursos	364
6.3.4.	Uniformidade de prazo para recurso	364
6.3.5.	Instância única nos dissídios de alçada	365
6.4.	Efeitos dos recursos	367
6.4.1.	Devolutivo.....	367
6.4.2.	Suspensivo	367
6.4.3.	Translativo	367
6.4.4.	Substitutivo	368
6.4.5.	Extensivo.....	368
6.4.6.	Regressivo.....	368
6.5.	JuÍzos de admissibilidade	369
6.6.	Pressupostos recursais objetivos e subjetivos.....	370
6.6.1.	Objetivos.....	370

6.6.2. Subjetivos.....	384
6.7. Recursos em espécies	385
6.7.1. Recurso ordinário.....	385
6.7.2. Embargos de declaração.....	392
6.7.3. Agravo de petição	394
6.7.4. Agravo de instrumento	395
6.7.5. Recurso de revista.....	399
6.7.5.1. Natureza do recurso de revista.....	399
6.7.5.2. Hipóteses de cabimento.....	400
6.7.5.2.1. Hipóteses específicas de cabimento do recurso de revista.....	400
6.7.5.3. Prequestionamento.....	406
6.7.5.4. Transcendência.....	407
6.7.5.5. Recursos repetitivos.....	408
6.7.5.5.1. Proposta de afetação	412
6.7.5.5.2. Processamento	412
6.7.5.5.3. Julgamento	414
6.7.5.5.4. Questão constitucional.....	415
6.7.6. Embargos.....	416
6.7.7. Agravo regimental e interno.....	419
6.7.8. Recurso adesivo.....	422
6.7.9. Recurso extraordinário.....	425
6.7.10. Pedido de revisão.....	427
6.8. Incidente de assunção de competência.....	428
6.9. Incidente de resolução de demandas repetitivas	428
6.10. Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.....	431
6.11. Resumo da matéria.....	433
6.12. Questões correlatas.....	447
Gabarito	472

CAPÍTULO 7 – Execução Trabalhista	475
7.1. Introdução	475
7.2. Legitimidade	477
7.2.1. Ativa	477
7.2.2. Passiva	478
7.2.3. Desconsideração da personalidade jurídica do executado...	479
7.3. Responsabilidade patrimonial do devedor	484
7.4. Títulos executivos trabalhistas judiciais e extrajudiciais	485
7.5. Execução provisória e definitiva.....	486
7.5.1. Execução provisória	486
7.5.1.1. Conceito.....	486
7.5.1.2. Requisitos para instrução	487
7.5.2. Execução definitiva	488
7.6. Liquidação da sentença.....	488
7.6.1. Introdução	488
7.6.2. Modalidades	491
7.6.2.1. Liquidação por cálculo	491
7.6.2.2. Liquidação por arbitramento.....	494
7.6.2.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	495
7.6.2.4. Impugnação à sentença de liquidação.....	496
7.7. Execução por quantia certa contra devedor solvente – processamento	497
7.7.1. Citação, pagamento, depósito para apresentação de embargos.....	497
7.7.2. Nomeação de bens à penhora.....	499
7.7.3. Penhora	501
7.7.3.1. Introdução	501
7.7.3.2. Bens impenhoráveis	503
7.7.3.3. Execução por carta	506
7.7.4. Embargos à execução.....	507
7.7.4.1. Matéria arguível	507

7.7.4.2.	Prazo e procedimento	509
7.7.5.	Exceção de pré-executividade	510
7.7.6.	Prescrição intercorrente	512
7.7.7.	Embargos de Terceiro	515
7.7.8.	Avaliação, leilão, arrematação, adjudicação, remição e alienação por iniciativa particular	518
7.7.8.1.	Avaliação	518
7.7.8.2.	Leilão	519
7.7.8.3.	Arrematação	521
7.7.8.4.	Adjudicação	525
7.7.8.5.	Remição	527
7.7.8.6.	Suspensão e extinção da execução	527
7.7.8.7.	Alienação por iniciativa particular	531
7.8.	Execução contra a massa falida	533
7.9.	Execução de contribuição previdenciária	536
7.10.	Execução contra a Fazenda Pública	546
7.10.1.	Introdução	546
7.10.2.	Prazo para oferecimento de embargos	548
7.10.3.	Precatório	548
7.10.4.	Débitos de pequeno valor	555
7.10.5.	Regime especial de liquidação dos precatórios – art. 97 do ADCT	557
7.11.	Execução POR Prestações Sucessivas	563
7.12.	DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	563
7.13.	Hipoteca judiciária, protesto de decisão judicial e inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	564
7.13.1.	Hipoteca judiciária	565
7.13.2.	Protesto judicial	565
7.13.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	566
7.14.	Resumo da matéria	566

7.15. Questões Correlatas.....	579
Gabarito	597
CAPÍTULO 8 – Procedimentos Especiais	599
8.1. Ação rescisória.....	599
8.1.1. Conceito e cabimento	599
8.1.2. Requisitos	600
8.1.3. Competência	602
8.1.4. Legitimidade.....	603
8.1.5. Ação rescisória e sentença homologatória de acordo	604
8.1.6. Juízo rescindente e rescisório.....	605
8.1.7. Hipóteses de cabimento	606
8.1.8. Petição inicial.....	616
8.1.9. Processamento	618
8.1.10. Prazo	619
8.1.11. Recurso.....	621
8.2. Mandado de segurança.....	621
8.2.1. Conceito e natureza jurídica.....	621
8.2.2. Competência	622
8.2.3. Condições específicas e hipóteses de cabimento.....	624
8.2.4. Não cabimento	625
8.2.5. Processamento	627
8.3. Ação civil pública	633
8.3.1. Conceito	633
8.3.2. Cabimento na Justiça do Trabalho	634
8.3.3. Proteção dos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	635
8.3.4. Competência material e territorial	638
8.3.5. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	639
8.3.6. Outros legitimados e litisconsórcio	642
8.3.7. Objeto.....	643

8.3.8. Tutela preventiva.....	644
8.3.9. Prescrição.....	644
8.3.10. Coisa julgada e litispendência.....	645
8.4. Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais.....	647
8.5. Tutelas provisórias de urgência e evidência	651
8.5.1. Tutelas de urgência e evidência	651
8.5.1.1. Espécies de tutelas de urgência.....	651
8.5.1.1.1. Tutela de urgência antecipada	652
8.5.1.1.2. Tutela de urgência cautelar	653
8.5.1.2. Tutela de evidência.....	654
8.6. Homologação de acordo extrajudicial	654
8.7. Resumo da matéria	655
8.8. Questões Correlatas.....	666
Gabarito	673
CAPÍTULO 9 – Dissídio Coletivo	675
9.1. Dissídio coletivo.....	675
9.1.1. Conceito.....	675
9.1.2. Poder normativo.....	676
9.1.3. Cabimento	678
9.1.4. Classificação	679
9.1.5. Partes e iniciativa.....	680
9.1.6. Competência de julgamento.....	682
9.1.7. Procedimento	683
9.1.8. Cláusulas constantes no dissídio coletivo.....	685
9.2. Sentença normativa.....	686
9.2.1. Conceito e natureza.....	686
9.2.2. Início da vigência	686
9.2.3. Prazo	687
9.2.4. Efeitos e coisa julgada.....	687

9.2.5. Recursos – efeitos.....	688
9.2.6. Extensão.....	689
9.2.7. Revisão	689
9.2.8. Ação de cumprimento.....	690
9.3. Dissídio coletivo no serviço público.....	692
9.4. Resumo da matéria.....	693
9.5. Questões Correlatas.....	698
Gabarito	703